

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1
2 Em *trinta* do mês de novembro e *primeiro* do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na
3 Sala de reuniões do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria de
4 Políticas para Mulheres, no Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, foi
5 realizada *a sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher –*
6 **Gestão 2010/2013** para tratar da seguinte **Pauta:** 1) Apresentação da nova Secretária
7 Executiva do CNDM – *Lúcia Irene Reali Lemos*; 2) Informes gerais sobre a 3ª CNPM (a.
8 Presença da Presidenta, b. Delegação internacional, c. Tensões Piauí, Amazonas e Rio Grande
9 do Norte; 3) Outros informes: a. Execução orçamentária, b. Informes das conselheiras, c.
10 Indicação para uma vaga *Curso OIT-GRPE* (Gênero, raça, pobreza e emprego) D.Indicação
11 para um representante para integrar o *GT Proteção às Mulheres da Marinha Mercante*,
12 conforme DOU nº197, 13/10/2011; 4) Avaliação política do processo da Conferência –
13 avanços e desafios; 5) Participação na abertura da Conferência Nacional de Saúde; 6) Tirar
14 representantes do CNDM para: a. Uma representante para integrar o Painel 4 – Plano
15 Nacional de Políticas para as Mulheres: perspectivas e prioridades. b. Uma representante para
16 integrar a Roda de Conversa 1: Como pensar políticas que dêem conta da pluralidade, c.
17 Quatro representantes para integrarem coordenação e relatoria de painéis e rodas de conversa;
18 7) Algumas entidades do CNDM já solicitaram expositores – LBL, UBM, CFP e AMNB.
19 Verificar se outras organizações estão interessadas para avaliar se temos condições de ofertar
20 um expositor para cada ou eles terão de ser compartilhados. Os expositores são de 1,60 X 90,
21 com testada; 8) Apresentação e debate do tema central da Conferência: *Autonomia econômica*
22 *e social*. Estiveram presentes as seguintes **conselheiras representantes governamentais:** I)
23 **Ministra Iriny Lopes** - Secretaria de Políticas para as Mulheres; II) **Rosana Ramos** –
24 Secretária-Executiva - Secretaria de Políticas para as Mulheres; III) **Verônica Maia** -
25 Suplente Secretaria de promoção da Igualdade Racial-SEPPIR; IV) **Magaly de Carvalho**
26 **Correa Marques** - Casa Civil da Presidência da República-PR; V) **Andréa Lorena Butto**
27 **Zarzar** - Ministério Desenvolvimento Agrário - MDA; VI) **Maria Isolda Dantas** - suplente
28 Ministério Desenvolvimento Agrário - MDA; VII) **Mônica Aparecida Rodrigues** -
29 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS; VIII) **Teresa Sacchet** -
30 suplente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS; IX) **Daiane de**
31 **Oliveira Lopes** – Suplente Ministério da Educação; X) **Antônia da Silva Samir Ribeiro** –
32 Ministério do Meio Ambiente XI) **Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso** –
33 Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG; XII) **Liliane Brum** – suplente
34 Ministério da Saúde. Estiveram presentes as seguintes **Conselheiras representantes da**
35 **Sociedade Civil:** XIII) **Maria das Dores do Rosário** – Articulação de ONG's de Mulheres
36 Negras – AMNB; XIV) **Gloria Márcia Percinoto** – Associação Brasileira de Mulheres de
37 Carreira Jurídica - ABMCJ ; XV) **Gláucia Morelli** – Confederação de Mulheres do Brasil -
38 CMB ; XVI) **Maria Goretti Gomes** - Liga Brasileira de Lésbicas - LBL; XVII) **Claudia**
39 **Rejane Prates** - Marcha Mundial de Mulheres- MMM SOF; XVIII) **Maria das Graças Costa**
40 – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA; XIX) **Vera Lúcia Ubaldino**
41 **Machado** – Rede Economia e Feminismo - REF; XX) **Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos**
42 – Rede Nacional Feminista de Saúde; XXI) **Elza Campos** – União Brasileira de Mulheres -
43 UBM XXII) Suplente - **Sueli Batista dos Santos** - Federação das Associações de Mulheres de
44 Negócios e Profissionais do Brasil- BPW Brasil; XXIII) **Estela Maria Motta Lima Leão de**
45 **Aquino** – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO; XXIV)
46 **Rosane Silva** – Central Única dos Trabalhadores - CUT; XXV) **Aparecida Malavazi** –
47 Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; XXVI) Conselheira de Notório
48 Conhecimento: **Jacqueline Pitanguy**; e as seguintes Subsecretárias e Assessorias da SPM:

49 **Lucia Camini** – de Articulação Institucional e Ações Temáticas; **Rosângela Maria Rigo** -
50 Diretora de Programas e Ações de Trabalho da SPM; **Tatau Godinho** - Subsecretaria de
51 Planejamento e Gestão Interna; **Aparecida Gonçalves** - Subsecretaria de Enfrentamento à
52 Violência contra as Mulheres; **Sonia Malheiros** - Assessora Especial; **Lucia I. Reali Lemos** –
53 Secretária Executiva do CNDM. **Justificaram ausência: Creuza Oliveira** – FENATRAD,
54 **Clara Goldman** – CFP, **Graciela Rodrigues** – Instituto Equit , **Justina Cima** – MMC, **Isis**
55 **Neves** – CNTE, **Nelita Franck** - AMB, **Carmen Foro** – CONTAG. A Secretária Executiva
56 da SPM - **Rosana Ramos** abriu a reunião justificando que a relação da SPM com o Conselho,
57 nos últimos dias, tem sido prejudicada devido ao grande número de demandas que envolvem a
58 organização da 3ª CNPM, salienta que a sobrecarga de trabalho tem sido muito grande.
59 Ressaltou a importância desta reunião do CNDM, que antecede a Conferência, por ser a pauta
60 basicamente, na sua totalidade, o processo de organização da 3ª CNPM, suas expectativas e a
61 avaliação do que foram as conferências estaduais. Justificou a ausência da Ministra na
62 abertura da reunião, pois a mesma se encontra no Rio de Janeiro no *Seminário Mulher e*
63 *Mídia*, mas que retomará os trabalhos às dezesseis horas, quando retorna à Brasília. **Rosana**
64 **Ramos** aproveitou para apresentar a nova Secretária Executiva do CNDM, **Lúcia Irene Reali**
65 **Lemos**, oriunda do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso da Secretaria de Direitos
66 Humanos da Presidência da República, destacando algumas informações curriculares para a
67 plenária: “*tem quarenta e nove anos, é nascida em Londrina no Paraná, reside há dez anos*
68 *em Porto Alegre, foi Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na SDH.*
69 *Assessora Parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário e do Deputado Federal*
70 *Paulo Bernardo, é designer gráfica e web designer e está concluindo o curso superior em*
71 *Administração Legislativa. É militante do Partido dos Trabalhadores, compõe o coletivo*
72 *estadual de mulheres do PT do Rio Grande do Sul, feminista, participa do Movimento de*
73 *Mulheres desde 1980, ativista em Direitos Humanos. Tem o curso de formadora da Escola*
74 *Sul da CUT e atua como assessora de planejamento e projetos de comunicação e formação*
75 *política, foi responsável pela elaboração de peças gráficas e comunicação visual e virtual*
76 *para diversos movimentos sociais. Mulheres, Liga de Lésbicas do Rio Grande do Sul, do PT*
77 *do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, para vereadores de Porto Alegre, municípios do*
78 *interior do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),*
79 *funcionários dos Correios, Correios Negro, Marcha Mundial de Mulheres, Tênis, Outra*
80 *Visão e Nuances, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Frente*
81 *Parlamentar de Enfrentamento a Violência Contra a Criança e o Adolescente, campanha*
82 *para a Prefeita de Porto Alegre em 2008 e campanhas de deputados e deputadas no Rio*
83 *Grande do Sul e Paraná”*. Rosana Ramos também aproveitou para apresentar a nova
84 Subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM, **Lucia Camini**: “*Ela é*
85 *gaúcha, é da área de educação, foi Secretária de Educação no Estado do Rio Grande do Sul,*
86 *estava na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”* e **Rosângela Rigo** -
87 Diretora de Programas e Ações de Trabalho da Subsecretaria de Articulação Institucional e
88 Ações Temáticas da SPM. Dando prosseguimento a reunião, **Rosana Ramos**, fez um relato
89 sobre quais seriam os informes e justificou para as conselheiras o motivo pelo qual ficarão
90 hospedadas em Itaguatinga - todos os hotéis de Brasília estão lotados em decorrência da
91 Conferência Nacional da Saúde; **1)** Os informes gerais sobre a Conferência, **2)** Sobre a
92 presença da Presidenta, **3)** Delegação Internacional, **4)** Algumas tensões com delegações nos
93 estados, Piauí, Amazonas e Rio Grande do Norte, **5)** Execução Orçamentária. Informou
94 também, que a SPM, consultando o Ministério da Saúde, conseguiu com que todas as
95 conselheiras, enquanto CNDM, por avaliar importante, pudessem participar da abertura da *14ª*
96 *Conferência Nacional de Saúde*, como convidadas, do mesmo. Sobre a *programação da*
97 *Conferência*, ressalta que a importância do *Painel 4 é o Plano Nacional de Políticas para as*
98 *Mulheres - Perspectivas e Prioridades*, e que se tenha uma pessoa da SPM, uma pessoa do
99 Conselho e uma pessoa do Organismo de Políticas para as Mulheres, uma gestora estadual,

100 uma representante para integrar a roda de conversa, como pensar políticas que dêem conta da
101 criminalidade e quatro representantes para integrarem a coordenação e relatoria de rodas de
102 conversa. Ainda, sobre os *informes de pauta*, esclarece que será discutido o tema cujo debate
103 central da Conferência é *Autonomia Econômica e Social* nesta reunião, para que todas estejam
104 em sintonia com as informações para a Conferência. Informou que essa semana a presidenta
105 Dilma confirmou sua presença na abertura da Conferência, da qual será muito importante e
106 significativa a sua presença na Conferência, tanto para o fortalecimento da SPM e para que
107 seja também esclarecida a questão dos boatos que estão sendo impostos para que sejam
108 pautados pela mídia sobre “*se junta ministério, se não junta ministério*”. Para a 3ª CNPM já
109 temos uma importante delegação internacional, de ministras do MERCOSUL e de duas
110 ministras (Cabo Verde e Angola) e uma representação dos Estados Unidos. **Rosana Ramos**
111 passa a palavra para **Sonia Malheiros** - Assessora Especial da SPM, que discorre sobre o
112 *processo das conferências municipais e estaduais, conferências regionais*, informa que houve
113 *mais dois mil e cem municípios envolvidos em conferências municipais ou regionais*. Foram
114 realizadas conferências nas vinte e sete unidades da federação e que a SPM fará uma
115 avaliação mais política – salienta que o processo de Conferências atingiu um número bastante
116 expressivo no país, todas as unidades da federação fizessem suas conferências estaduais e a
117 Conferência do Distrito Federal, entende que até o momento, o processo é vitorioso para a 3ª
118 CNPM e ter a presença da presidenta Dilma é fundamental: “*É fundamental pelo significa,*
119 *estamos no primeiro ano do mandato da primeira mulher presidenta e é fundamental*
120 *estrategicamente colocar esse debate que está sendo colocado aí de fusão de secretarias,*
121 *porque nas conferências estaduais várias delas tiraram moções contra as fusões das*
122 *secretarias, outras tiraram moções, para a criação e transformação da secretaria em*
123 *ministério (...). Então, eu acho que o momento da Conferência vai ser importante também*
124 *para a gente marcar claramente essa posição, que é claro que ela já sabe, mas três mil*
125 *mulheres reunidas ali apontando esse outro caminho eu acho que vai ser bastante*
126 *importante*”. Sobre a **Delegação internacional** esclarece ainda que até o momento, já se
127 confirmaram a presença de quase vinte pessoas de diferentes partes do mundo, sendo que uma
128 concentração com uma representação dos Estados Unidos e que temos um memorando de
129 entendimento Brasil e Estados Unidos da Secretaria de Políticas para as Mulheres e como
130 parte desse memorando tem um projeto que são *as Jovens Mulheres Cientistas*. No começo do
131 ano oito jovens cientistas brasileiras foram para os Estados Unidos, participaram de uma parte
132 da reunião sobre a situação da mulher, que tinha como tema *As Mulheres, as Meninas e a*
133 *Ciência* e fizeram visitas a diferentes universidades americanas e agora as americanas estão
134 vindo, também como parte desse projeto, conhecer instituições de pesquisa no Brasil e que a
135 SPM já fez um roteiro *Rio - Recife - Brasília - Conferência*. Há também a Ministra da Mulher
136 e da Família de Angola, a ministra de Cabo Verde, uma representante do Ministério de
137 Relações Exteriores e da Argentina, uma embaixadora dos Estados Unidos representando o
138 governo americano na Conferência, uma cubana da Federação de Mulheres de Cuba, uma
139 representante da Federação de Mulheres da Coréia do Norte, uma representante do Uruguai,
140 Paraguai ainda não confirmou, uma representante da Embaixada de El Salvador. **Sonia**
141 **Malheiros** discorre sobre os três estados: *Piauí, Amazonas e Rio Grande do Norte* que estão
142 com problemas para trazerem as suas delegações. *Piauí e Rio Grande do Norte* - o Governo
143 do Estado diz que não tem recursos - é importante fazer uma rede de apoio para sensibilizar e
144 para mostrar a importância de que se faça todo o processo (conferências municipais,
145 conferência estadual – conferência Nacional); *Amazonas* - a questão que chegou é que está
146 assegurado que vem a delegação da capital, mas o interior não teria assegurado a sua vinda,
147 importante o CNDM fazer uma rede de convencimento por todas as vias possíveis para
148 sensibilizar esses governos a bancarem a vinda das delegações. Sobre a **questão da**
149 **programação**: quase todos os nomes fechados para a programação, estão faltando duas
150 pessoas que estão convidadas e faltam confirmar da *Ministra Luíza Bairros* e a *Ministra*

151 *Gleisi Hoffmann*. *Michelle Bachellet* está confirmada a sua palestra no dia quatorze, *Zélia*
152 *Duncan* para o show, definir também alguma representação do CNDM. Informa que na última
153 reunião da Comissão Organizadora Nacional foi aprovado que *as coordenadoras e relatoras*
154 *do painéis*, das rodas de conversa seriam compartilhadas entre a SPM ou algum Ministério,
155 representante do CNDM, representantes dos organismos de políticas para as mulheres, para
156 ter uma representação bastante forte de integrantes do CNDM, das secretarias e dos
157 organismos de políticas para as mulheres. A Conferência será transmitida ao vivo via internet,
158 inclusive os painéis – haverá um link no site da Conferência. Conselheira **Maria Goretti**
159 **Gomes** - Liga Brasileira de Lésbicas – LBL tem a palavra para a questão relacionada ao *Rio*
160 *Grande do Norte*. Relata sobre a *Nota de Repúdio* do Movimento de Mulheres Feministas do
161 Rio Grande do Norte, o mesmo denuncia as condições com que as mulheres foram tratadas
162 naquele estado. Segundo relato da conselheira: “... *houve um grande descaso na realização da*
163 *Conferência Estadual, ausência do envolvimento do governo dentro do processo da*
164 *Conferência, não assumindo o compromisso da realização, desde o processo municipal até o*
165 *processo estadual. A governadora se ausentou do debate, não dialoga com o Movimento de*
166 *Mulheres e coloca em situação difícil a realização dessa Conferência sem nenhuma estrutura*
167 *garantida. ... houve ausência de divulgação, falta de infraestrutura, desmobilização das*
168 *regionais (mudou por três vezes as datas e os locais, ficando, as regionais impossibilitadas de*
169 *participarem da Conferência, muitas delegadas não participaram porque não tinha como ser*
170 *agendado durante esse processo). A mudança da coordenadora estadual de políticas para as*
171 *mulheres na véspera da Conferência, sendo realizada em um local precário, sem condições*
172 *de infraestrutura digna e de higienização. A governadora não foi para a abertura da*
173 *Conferência e o Secretário que lá esteve, em sua fala foi muito agressivo e desrespeitoso ao*
174 *Movimento de Mulheres Feministas. As instituições que estavam à frente da Conferência que*
175 *são o Fórum de Mulheres, a Marcha Mundial, a Federação de Mulheres, a AMB, o Instituto*
176 *Maria Maria, a FEPARN que é das trabalhadoras da agricultura, o Fórum de Mulheres*
177 *Negras, o Coletivo Leila Diniz, Bandeira Lilás, LBM, Grupo Afirmativo Mulheres*
178 *Independentes, elaboram uma nota de repúdio e protesto dentro da Conferência. Colocamos*
179 *aqui essa situação para que possamos ter a intervenção do Conselho e da própria SPM pelo*
180 *reconhecimento desse esforço feito pelo movimento de mulheres de garantir a participação*
181 *dessas delegadas na Conferência Nacional. Porque a governadora até hoje não sinalizou que*
182 *reconhece como legítimo esse processo da Conferência. ... estamos nessa situação, talvez a*
183 *delegação do RN não possa e não venha participar da Conferência Nacional, porque não*
184 *temos como bancar através de projetos próprios a vinda dessas mulheres. São trinta e quatro*
185 *mulheres da sociedade civil, é considerado no RN um caso gravíssimo de desrespeito ao*
186 *movimento de mulheres”*. Diante desse relato e do que está ocorrendo em outros estados,
187 várias conselheiras se manifestaram para que o CNDM se posicione e tome providências o
188 mais rápido possível, pois há o entendimento que o CNDM tem autonomia para emitir uma
189 nota pública recomendando que esses governos garantam a participação dessas mulheres na
190 Conferência de Mulheres. Nesse momento a Conselheira **Elza Campos** (UBM) pede a
191 palavra e declara que a UBM também recebeu da Conselheira Goretti uma monção já de uma
192 Conferência anterior da LGBT com os mesmos problemas, detalhadamente sérios,
193 denunciando essa realidade e esse outro das mulheres, e que no momento, quer se somar a
194 essa denúncia da Conselheira Maria Goretti, prestar solidariedade e diz que preocupa muito,
195 acontecer isso com a Conferência de Mulheres e sugere que as entidades nacionais também
196 mandem carta, manifestações a governadora, inclusive chamando a atenção que as mulheres
197 em conferência estão discutindo políticas para as mulheres e que na manifestação coloquem a
198 sua posição e demonstrem o estranhamento da posição da Governadora do RN. **Rosana**
199 **Ramos** reconhece que o CNDM tem autonomia para emitir algumas considerações e avalia
200 que é extremamente positivo que o governo faça isso e que a ministra continue fazendo
201 gestões com os governadores. Diz que se pode fazer uma manifestação pública recomendando

202 que esses governos garantam a participação dessas mulheres na Conferência de Mulheres.
203 Informa que no caso do Piauí, Amazonas, agora Rio Grande do Norte, a ministra irá fazer
204 gestões junto aos governadores, inclusive nessa semana vai participar de um ato da
205 Repactuação do Enfrentamento da Violência contra a Mulher no Amazonas junto com o
206 Governador e aproveitará para fazer essa tratativa que venha garantir as delegações. A
207 plenária do conselho votou pela elaboração de um ofício/nota assinado pelo Conselho,
208 solicitando aos governadores que garantam a participação das delegadas de seus estados na 3ª
209 CNPM, foi tirada uma comissão com as conselheiras Maria Goretti, Estela e a Elza para
210 redigirem, cujo modelo ficou nos seguintes termos: “*Exma. Senhora Governadora, O Pleno*
211 *do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher reunido nos dias 30 de novembro e 01 de*
212 *dezembro de 2011, em Brasília/DF, analisou o resultado da organização e participação na 3ª*
213 *Conferência de Políticas para as Mulheres em todo o país e concluiu que o rico debate e*
214 *envolvimento de mais de 2000 municípios revelou que as mulheres brasileiras encontram-se*
215 *em novo patamar de mobilização e da conquista para a construção da igualdade de gênero e*
216 *do fortalecimento de sua autonomia econômica, social, cultural e política para o exercício*
217 *pleno de sua cidadania. Avaliou com preocupação os fatos ocorridos na 3ª Conferência*
218 *Estadual de Políticas para as Mulheres /Natal – RN, em 10 e 11 de novembro do corrente e*
219 *destacou como fundamental a participação da delegação do RN na 3ª Conferência Nacional*
220 *que se realizará de 12 a 15 de dezembro de 2011 em Brasília – DF, a qual rege em seu*
221 *Regimento Interno da Conferência que cabe ao Estado arcar com as despesas do*
222 *deslocamento das delegações. Nós, conselheiras fomos surpreendidas com a informação da*
223 *possibilidade de ausência das delegadas do Estado do RN em participar neste Evento*
224 *significativo para o fortalecimento da democracia e da afirmação das políticas públicas para*
225 *as mulheres e esperamos que esta notícia, caso confirmada, seja revertida pela atuação de*
226 *Vossa Excelência, permitindo que a delegação de seu Estado participe deste importante e*
227 *significativo momento para todas as mulheres brasileiras. Plenário do Conselho Nacional*
228 *dos Direitos da Mulher. Assinam as Conselheiras representantes das Entidades da Sociedade*
229 *Civil, dos Organismos Governamentais e de notório saber em Políticas para Mulheres do*
230 *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.*” **Rosana Ramos** faz um importante relato sobre a
231 estrutura da Conferência e informa ao Conselho sobre a rescisão do contrato da empresa que
232 ganhou a licitação para fazer a 3ª CNPM. “*Abrimos um processo de licitação da empresa que*
233 *faria desde a hospedagem, alimentação e a montagem, estrutura da Conferência. Fizemos um*
234 *processo de licitação, pregão eletrônico, houve vinte e sete empresas que concorreram, as*
235 *duas primeiras empresas que ganharam, fizemos algumas diligências para ver se elas*
236 *atendiam, para ver se estavam todos os pré requisitos garantidos e não estavam. A terceira*
237 *empresa que apresentou, houve a homologação do pregão e nós já estávamos com todas as*
238 *tratativas para a construção da Conferência e essa semana nós fomos surpreendidas com a*
239 *empresa que rescindiu o contrato.*” A empresa rescindiu o contrato alegando que estava com
240 dificuldades para garantir a hospedagem das três mil mulheres, declarando não ter o capital
241 (hum milhão e setecentos mil) que os hotéis estavam exigindo, pagamento imediato, para
242 fazer a reserva. Por lei existe uma previsão na rescisão contratual, uma multa de vinte por
243 cento do valor, cinco anos sem poder fazer nenhum contrato com a União, há uma série de
244 penalidades que está prevista no contrato. A empresa não avisou a SPM com antecedência e
245 as reservas (bloqueios) nos hotéis começaram a cair, há uma dificuldade muito grande em
246 relação à garantia de hospedagem. SPM já entrou em contato com as outras empresas que
247 estavam concorrendo para que elas se posicionem, conforme relata **Rosana Ramos**: “*dizendo*
248 *se podem ou não cumprir com a Conferência no valor que foi previsto: o contrato de três*
249 *milhões e trinta e nove mil reais*”, então, nós estamos aguardando e estamos trabalhando já
250 *fazendo o levantamento do que existe em vagas de hotéis. Algumas empresas (porque é um*
251 *mercado muito pequeno mas com grandes empresas) se conversam entre si e a medida que*
252 *vazou a história de que a empresa contratada estava saindo, as empresas correram para*

253 *fazer as reservas na ideia de que se elas forem escolhidas, estão cacifadas para ter as três mil*
254 *vagas. Então, isso nos impossibilitou inclusive de saber qual é realmente a situação aqui, de*
255 *saber se todas as vagas estão ocupadas ou se elas foram reservadas no intuito, porque várias*
256 *fizeram, empresas de Goiânia fizeram reservas em nome da Conferência Nacional. Então,*
257 *hoje nós temos todo o dia de hoje até as nove horas da noite para ver que empresa assume. A*
258 *empresa assumindo nós temos uma avaliação de que vamos resolver a questão da*
259 *hospedagem porque é o mais sério, porque tendo garantida a hospedagem a gente consegue*
260 *garantir e viabilizar o resto, porque está sendo tocado. As equipes, pelo menos da SPM estão*
261 *trabalhando, mas no momento a situação que a gente tem é essa. Então, espero que amanhã*
262 *quando a gente abrir a reunião eu tenha uma boa notícia para todas nós. Temos tempo para*
263 *tocar, o único problema ou complicador que pode ter é que uma coisa é o pregão ter sido*
264 *realizado já há algum tempo em três milhões, hoje os hotéis estão cobrando tarifa cheia,*
265 *então isso sobe demais o custo da hospedagem e sobra muito pouco para a estrutura. Então,*
266 *isso é um fator complicador até porque empresas sérias não vão dar uma de aventureiras e*
267 *dizer que vão garantir e não conseguem garantir depois, até porque eles sabem muito bem*
268 *das penalidades que são impostas, amanhã teremos uma resposta concreta da situação.”*
269 Dado esse relato, **Rosana Ramos** passou para o próximo ponto da pauta: *Execução*
270 *orçamentária.* A dotação orçamentária dos quatro programas que a SPM possui:
271 ***Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Prevenção e***
272 ***Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, Gestão da Transversalidade de Gênero***
273 ***nas Políticas Públicas e Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres.*** No primeiro
274 programa que é o *Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*, a
275 dotação desse ano era de quatrocentos mil (fruto de emendas apresentadas e que não foram
276 liberadas). No segundo programa *Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as*
277 *Mulheres*, o orçamento total era de trinta e seis milhões oitocentos e dezesseis mil. Esse total
278 é dividido entre o que é o orçamento que é o PL, *vinte e cinco milhões e setecentos mais onze*
279 *milhões cento e dezesseis em emendas*, nesse caso do *Enfrentamento a Violência Contra a*
280 *Mulher*, o total como não foi contingenciado pelo governo foi liberado integralmente - a
281 dotação orçamentária - limite liberado: trinta e seis milhões oitocentos e dezesseis. Hoje a
282 SPM já tem empenhados vinte e seis milhões duzentos e vinte e cinco mil, portanto teria um
283 saldo disponível para a SPM empenhar até o fim do ano de quatorze milhões quinhentos e
284 noventa mil. Desses quatorze milhões disponíveis (ainda não foi empenhado), a SPM já está
285 com todos os projetos que foram para o jurídico, mas ainda estão voltando, a previsão é que
286 até meados da semana que vem a SPM tenha empenhado todo esse valor. Em nota de rodapé
287 tem um adendo, projetos adimplentes e projetos inadimplentes, então, no caso de
288 *Enfrentamento da Violência Contra a Mulher*, temos um total de trinta e um milhões
289 quatrocentos e oitenta e dois mil, que são projetos que já foram analisados, já estão no
290 jurídico, só que praticamente metade desses a SPM vai empenhar. Quinze milhões que já
291 passam dos quatorze milhões, quinhentos e noventa mil, que é o saldo que a SPM tem. O
292 programa de *Enfrentamento de Violência Contra a Mulher* é o pacto federativo, os projetos
293 estão prontos para empenhar. A previsão no caso é até o dia dezesseis de dezembro, que é o
294 último dia de empenho previsto pelo governo. Vamos estar com a execução, a nossa previsão
295 é de ter executado todo o orçamento. *Gestão da Transversalidade*, que é o próximo programa,
296 a dotação é de seis milhões e setecentos, sendo seis milhões e quinhentos do PL e duzentos
297 mil de emendas. Liberados seis milhões e quinhentos, já empenhamos quatro milhões
298 quatrocentos e vinte e três, temos o saldo disponível de um milhão novecentos e setenta e seis,
299 mas que também já tem projetos, já até a semana que vem nós devemos liquidar esse
300 programa. Por fim, *Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres*, aqui nós temos a
301 dotação de cinquenta e três milhões setecentos e setenta e seis, o PL, o que está previsto no
302 Projeto de Lei é de onze milhões e seiscentos e temos quarenta e dois milhões cento e setenta
303 e seis de emendas. Esse ano as emendas, não foram liberadas ou só parcialmente ou só

304 algumas emendas que o governo liberou, então, até agora, temos uma pequena diferença que é
305 de um milhão ou dois milhões de emendas que foram liberadas. Até agora o governo não
306 liberou as emendas, vamos aguardar até o final do ano para ver se acontece a liberação ou
307 não, mas isso é algo que também já é da rotina, então, em dezembro é que as emendas acabam
308 sendo liberadas em sua totalidade. Mas do ponto de vista do PL que nós temos a
309 governabilidade e a obrigação da execução do PL, nós temos empenhados ali da LOA que é
310 onze milhões e seiscentos, nós temos empenhados seis milhões duzentos e oitenta e nove.
311 Olhando na tabela, temos projetos que estão voltando do jurídico para empenho, só em
312 projetos adimplentes, até agora, temos oito milhões setecentos e trinta e nove. Então, quer
313 dizer que, com isso, executamos todo o orçamento. Temos ainda analisados e prontos, mas
314 são os que estão com problemas com os estados e municípios quatro milhões e quinhentos.
315 Temos também aqui que no caso da *Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres* a
316 participação das ONGs ela é muito maior, a questão do pagamento até o dia vinte oito, trinta.
317 Estamos trabalhando basicamente em cima dos projetos, porque as emendas, vários
318 parlamentares mandaram emendas, mas não cadastraram projetos no sistema. Então, quem
319 não tem projeto cadastrado mesmo que a emenda seja liberada ela não vai ser executada. E
320 aqueles que os projetos já estão prontos a gente espera que haja a liberação de algumas
321 emendas para a gente poder executar. Então, é evidente que se não houver liberação das
322 emendas a gente fica muito próximo da execução de cem por cento (100%) da execução
323 orçamentária, com a liberação das emendas. Estamos trabalhando em todos os projetos para
324 deixar tudo pronto, se liberar a gente empenha e isso é o que vai balizar qual vai ser a
325 porcentagem da nossa execução orçamentária. No caso dos projetos, todos estão no **Portal da**
326 **Transparência**. O que foi empenhado, executado ou em tramitação. Todos têm acesso.
327 **Rosana Ramos** ponderou sobre a dificuldade que, não só a SPM, mas todos os Ministérios
328 têm em lidar com a deficiência das organizações, estados e municípios para cadastrar os
329 projetos. Há bons projetos, mas acabam esbarrando na falta de capacitação desses por não
330 saberem operar o sistema (falta documento, plano de trabalho, etc...) Informa que o Governo
331 tem proporcionado cursos sobre a utilização do sistema, a socialização das senhas, buscando e
332 investindo em pessoas capacitadas. Há também a questão dos estados e municípios que estão
333 em débito, muitas vezes, ocorrendo dos estados não estarem negativados, mas municípios
334 estarem. Conselheira **Rosa de Lourdes** concorda: *“Eu acho que essa dinâmica deve ser*
335 *passada, porque existe de fato uma dificuldade enorme por parte das organizações,*
336 *compreender esses temas, compreender e ter condições de estar de acordo com as exigências*
337 *do sistema. Eu acho que é uma coisa que está atrapalhando a vida das organizações que*
338 *ainda não estão com as habilidades de estar preenchendo, cadastrando seus projetos no*
339 *sistema. Mas em todo caso eu acho que essa dinâmica tem de ser colocada”*. Conselheira
340 **Maria Goretti** parabeniza a SPM por ter chegado perto da Execução de todo o orçamento e
341 comenta: *“o que é realmente disponibilizado para as organizações no sentido de ativo, o que*
342 *é realmente, qual é a porcentagem dentro desse organograma, de recurso que está disponível*
343 *para as organizações e quanto foi utilizado pelas organizações e quais, porque a gente*
344 *precisa saber também quais organizações estão acessando. Muitas das organizações hoje*
345 *estão se submetendo a apresentar propostas através do consórcio e ela não executa e quem*
346 *executa é o Estado e não pode ser considerada que é uma organização que está executando*
347 *essa política. Boa parte não é, ela apresenta a proposta, o consórcio ganha na sua seleção,*
348 *mas quando vai ser executado o Estado executa a política dentro do Consórcio, mas muitas*
349 *vezes a organização não é nem mais aquela que apresentou a proposta para aquele*
350 *consórcio. Vocês estão entendendo o que eu estou colocando? Na última seleção que houve o*
351 *Rio Grande do Norte apresentou a proposta, nós temos um projeto dentro, que é um projeto*
352 *sobre a questão do eixo nove, que eu acredito que vocês lembrem que foi um novo programa*
353 *de política pública que foi para dar suporte as questões de mulheres lésbicas e bissexuais.*
354 *Nós apresentamos uma proposta para o Estado, fomos comunicadas que foi aprovada, mas*

355 *há um consórcio, não temos garantia que nós vamos executar gente. Esse recurso conta*
356 *como no final? É política governamental ou vai pela própria folha da ONG? É isso que*
357 *precisa ficar também bem nítido e transparente.”* **Rosana Ramos** relata que nos casos das
358 ONGs a discussão que o governo tem feito, é que essa criminalização das ONGs não é uma
359 agenda do governo e não é uma agenda que nos interessa, nos casos inclusive das
360 organizações de mulheres, organizações feministas, o reconhecimento da importância das
361 conquistas das mulheres, a própria SPM é resultado da luta que começou com essas
362 organizações, que impulsionaram. Informa que a Secretaria Geral promoveu recentemente um
363 seminário sobre o novo marco regulatório, que foi para repensar essa relação do Estado com a
364 sociedade civil e no caso dos projetos, as ONGs, pelo menos com a SPM, com todos os
365 ministérios, por meio dos editais podem apresentar os projetos diretamente e garantir a sua
366 execução, garantir a prestação de contas e manter essa relação com o governo. Falou também
367 sobre o trabalho que a SPM vem desenvolvendo que é a pactuação junto aos outros
368 ministérios para a execução e garantir que também os demais ministérios briguem por uma
369 dotação maior para os programas que envolvam as mulheres. Próximo ponto de pauta:
370 **b. Informes das conselheiras:** deram informes as Conselheiras: **Gloria Márcia Percinoto** –
371 ABMCJ sobre a questão do Rio de Janeiro, apresentando os e-mails das mulheres do Fórum
372 Feminista, *“com uma crítica ao critério unicamente populacional, ainda que separado*
373 *interior e capital, que acabou resultando não só por ele, mas por outros motivos que não*
374 *estão totalmente esclarecidos em uma exclusão de uma das candidatas a delegada e que*
375 *justamente era oriunda desse Fórum Feminista”;* **Maria Goretti/LBL** sobre a Conferência
376 LGBT - ausências dessa representação de mulheres lésbicas dentro da Conferência , a LBL
377 não saiu com delegadas nas Conferências da LGBT pela questão estrutural e em muitas das
378 conferências, protestaram, colocando uma moção de repúdio e mostrando a indignação com
379 o atual contexto até do próprio movimento. *”A identidade feminina possibilitou nessa nova*
380 *conjuntura sessenta por cento (60%) de representação de mulheres lésbicas, mas não foi a*
381 *mulher lésbica que foi prioridade, foi prioridade a travesti e a transexual pela identidade*
382 *feminina. Então, como é um processo a longo prazo de reconhecimento quanto a sujeito de*
383 *direito e discussão política, nós temos muito interesse de estarmos na Conferência ou como*
384 *convidadas ou como observadoras indicadas por algumas organizações que lá a LBL faz*
385 *parte de algumas comissões organizadoras e já conseguiu articular com grandes parceiros*
386 *que fazem parte do Conselho, afirmou;* **Maria Isolda/MDA** informa que a Diretoria da
387 Política para as Mulheres está em um processo bastante avançado de parceria com os
388 organismos estaduais de políticas para as mulheres. Abriam um convite para parceria
389 exclusivamente para os organismos estaduais de mulheres, para fazer o processo de
390 capacitação, mobilização e assessoria a organizações de apoio a mulheres rurais , numa
391 tentativa de unir o *Programa de Organização Produtiva* com o *Programa Nacional da*
392 *Trabalhadora Rural* no sentido de contribuir para a formalização dos grupos de mulheres
393 tendo em vista que sessenta e sete por cento dos grupos de mulheres identificados nos meios
394 rurais estão na condição de informais. Em uma ação de formalização desses grupos, foi aberto
395 o edital e dez estados apresentaram propostas, apenas cinco foram aprovadas, nós estamos
396 conveniando parceria com Alagoas, Acre, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Sul, cada projeto
397 tem o valor de dois milhões e meio para ser executado em dois anos. Também informa que
398 está aberto também, o convite, para a proposta de infraestrutura para esses estados que
399 aprovaram projetos nesse primeiro convite que é de infra estrutura nos itens *de transporte,*
400 *estruturação de brinquedoteca* ou seja *estruturação de recreação infantil* e também
401 *atividades audiovisual* e *itens de informática*, essa parceria tem o valor médio de duzentos mil
402 reais para aquisição desses itens; **Elza Campos /UBM** informa que participou no MEC de
403 uma reunião com a Comissão que julgou as redações do 7º Prêmio da Rodada de Gênero –
404 *“Estivemos na CNPQ porque lá está a equipe que avalia os artigos acadêmicos, porque esse*
405 *sétimo prêmio Igualdade de Gêneros, Construindo a Igualdade de Gêneros, ele visa estimular*

406 *a produção acadêmica e uma reflexão crítica sobre a desigualdade entre homens e mulheres*
407 *existente ainda no Brasil e fazendo interfaces com a questão geracional, raça, etnia,*
408 *sexualidade”. Relata que o diretor do CNPQ estava colocando que este ano teve um*
409 *crescimento bastante significativo da participação de escolas e também de graduandos e*
410 *mestrandos e doutorandos. O Prêmio foi divulgado em cerca de vinte e cinco mil escolas;*
411 **Antonia Samir/MMA** *apresentou um vídeo de 3 minutos do Ministério do Meio Ambiente*
412 *sobre a Rio + 20.;* **Liliane Brum/MS** *informa que o Ministério da Saúde concluiu*
413 *recentemente um ciclo de oficinas que vem realizando no Brasil, já fez em dezesseis estados*
414 *As oficinas tratam sobre mídia e comunicação para os profissionais que atuam nos serviços de*
415 *atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. É*
416 *uma parceria com o Instituto Patrícia Galvão que há dois anos vem fazendo, ano passado*
417 *realizou oito oficinas, esse ano realizou mais nove e a ano que vem conclui no Brasil inteiro;*
418 **Sueli Batista/BPW** *informa que esteve representando a BPW Brasil na* *China Human*
419 *Federation* *a pedido dessa organização para o* *Fórum Internacional para a Mulher e o*
420 *Desenvolvimento Sustentável*, *com a presença de líderes de quarenta países e que tiraram*
421 *documentos relativos à Rio + 20, relatou que a BPW vai assinar um termo de cooperação*
422 *técnica com a China, para que possam também trazer as mulheres chinesas para participar da*
423 *Rio + 20;* **Lucia Camini/SPM** *relata que participou do Seminário promovido pelo Ministério*
424 *do Meio Ambiente onde foi discutida a questão da Rio + 20 com um recorte nas mulheres que*
425 *tem influencia nas empresas, cargos de direção e em cujo evento foi apresentada uma*
426 *pesquisa feita pela revista Abril e na qual mostra, segundo suas palavras “* *todo o padrão de*
427 *consumo das mulheres que saíram da situação de miséria e que começam a ter desejos de*
428 *consumo e que tem em larga escala poder de decisão sobre as definições que a família tem*
429 *em termos de aquisição de bens, de uso de serviços”*, *na oportunidade pode discutir com*
430 *representantes das empresas presentes sobre várias questões importantes, que são*
431 *preocupações do ponto de vista de um projeto estratégico de desenvolvimento e inclusão*
432 *social, focado em um consumo sustentável, do desenvolvimento empresarial. Sugeriu que a*
433 *Rio+20 fosse pautada na próxima reunião do Conselho. Informou também que esteve no Rio*
434 *de Janeiro no dia 23, no lançamento da Campanha “* *Quem ama abraça”* *e que foi um*
435 *momento de extrema sensibilidade e de demarcação política importante e que contou com a*
436 *presença da delegada Marta Rocha – a que esteve a frente da pacificação da Rocinha;* **Estela**
437 **Aquino /ABRASCO** *prestou contas ao Conselho da representação que fez junto a*
438 *Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde como observadora e disse: “É um*
439 *Congresso Internacional importante, porque eram mil pessoas do mundo inteiro, oitenta*
440 *chefes de estado, a carta está disponível, depois eu posso mandar, mas é um documento,*
441 *daqueles documentos internacionais, até, a gente tem experiência com outros documentos que*
442 *são mais contundentes, esse documento é totalmente anódino, só fala em gênero somente uma*
443 *vez, junto com criança, porque mulher quando não está junto com a família está junto com*
444 *criança”*, *relata que as discussões ocorreram no formato de painéis com a participação de*
445 *gente do mundo todo, com uma ênfase muito grande na questão das desigualdades de classe.*
446 *Alega que a Carta não avança e que houve muita insatisfação, porque os determinantes*
447 *macro-sociais, os delegados, se recusavam a aceitar, principalmente a delegação norte*
448 *americana, que se recusava a falar da causa das causas e se mencionava inclusive tabagismo*
449 *no documento original. Algumas vozes dissonantes nos painéis que enfatizavam a questão da*
450 *dinâmica do capitalismo mundial para discutir as desigualdades sociais.* **Aparecida Malavazi**
451 **/CGTB** *informa que a CGTB junto com as Centrais Sindicais está organizando o* *Seminário*
452 *Estadual da Mulher Trabalhadora*, *que foram realizados Seminários das Centrais Sindicais:*
453 *Pela Promoção da Igualdade Sindical, Sobre o Tráfico de Pessoas, o Fórum Nacional de*
454 *Mulheres das Centrais Sindicais* *no dia dezessete de novembro. A Secretária Executiva do*
455 **CNDM, Lucia Reali**, *pediu que o CNDM indicasse uma conselheira para participar de um*
456 *curso da OIT, Gênero, Raça, Pobreza e Emprego- GRPE, curso de capacitação à distância. Foi*

457 indicada conselheira Antônia Samir. **Rosana Ramos** também pediu uma representante para
458 integrar o *GT de proteção as Mulheres da Marinha Mercante*, ficou indicada a conselheira
459 Rosa de Lourdes. Dados os Informes, **Rosana Ramos** passou para o próximo ponto da pauta:
460 *Tensões com delegações nos estados, Piauí, Amazonas e Rio Grande do Norte*. A conselheira
461 **Gloria Percinoto** falou que acrescentaria o Rio de Janeiro, por causa da exclusão de uma das
462 candidatas a delegada e que justamente era oriunda do Fórum Feminista. Foi feito um
463 encaminhamento, e a secretaria executiva do CNDM mandará um ofício a cada Estado. A
464 conselheira **Maria Goretti/LBL** foi indicada para representar o CNDM na Conferência
465 LGBT. Após o almoço foi feita avaliação do processo das Conferências Municipais e
466 Estaduais. **Continuação da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL**
467 **DOS DIREITOS DA MULHER, no dia primeiro de dezembro de dois mil e onze**
468 **(01.12.2011)**. Pela manhã do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, as conselheiras
469 participaram da abertura da *14ª Conferência Nacional de Saúde*. Às 14h00min deu início a
470 Reunião Ordinária do Pleno do CNDM, a conselheira **Rosa de Lourdes** colocou algumas
471 observações sobre acontecimentos na Conferência da Saúde para que não ocorra na 3ª
472 Conferência Nacional de Política para as Mulheres. A **ministra Iriny Lopes** apresentou a ata
473 da reunião passada e apontou que onde se lê LOA, leia-se LDO, e na linha 128 onde se lê que
474 “o orçamento será apresentado em 30 de setembro” leia-se “o orçamento será apresentado
475 em 31 de agosto”. Em seguida foi passada a palavra para a Assessora Especial da SPM, **Sônia**
476 **Malheiros** que apresentou a proposta sobre as Rodas de Conversa, painéis e indicação de
477 horários para a Conferência Nacional de Política para as Mulheres, apresentou a confirmação
478 da presidenta Dilma Rousseff e alguns Ministros e : “já estamos com aproximadamente 15
479 representações internacionais, são Ministros das comunidades dos países de língua
480 portuguesa. Temos confirmada a Ministra de Portugal, a Ministra de Cabo Verde, a Ministra
481 de Angola. Temos confirmada a presença da Ministra, (essas todas que eu estou dizendo no
482 caso Ministras das mulheres) do México que é também presidenta da comissão
483 interamericana de mulheres que é a Rocio Gaytán, também está confirmada, temos
484 confirmadas a diretora da divisão de assuntos de gênero da CEPAL que é Sônia Montañó,
485 temos confirma a Secretária Executiva da Comissão Americana de Mulheres que é a Carmen
486 Moreno, temos confirmada uma representação uma Ministra do Ministério das Relações
487 Exteriores e Culto da Argentina, Fábía Loguzo, que é responsável pelos temas das mulheres
488 no Ministério que é quem acompanha toda parte internacional nesse campo na Argentina,
489 temos confirmada El Salvador também agora, então temos uma série de representações”
490 após a apresentação várias conselheiras deram sugestões e indicaram alguns nomes para
491 compor o painel e as rodas de conversa. **Ministra Iriny Lopes** pediu a indicação de quatro
492 representantes para integrarem a coordenação e a relatoria dos painéis e rodas de conversa,
493 **Sônia Malheiros** deu um informe sobre os stands; em seguida é passada a palavra para a
494 Subsecretaria de Planejamento e Gestão Interna, **Tatau Godinho** que fez apresentação sobre o
495 Programa, sobre o *Eixo Central da Conferência* conforme segue: “A idéia dessa
496 apresentação é uma preliminar de consumo interno, trabalhar esse eixo da conferência da
497 autonomia econômica e a idéia que a Ministra apresentou em praticamente em todas as
498 conferências estaduais - estaria trabalhando como uma proposta importante para apresentar
499 para a conferência um debate que fosse uma política de autonomia econômica das mulheres e
500 igualdade no mundo do trabalho - Ainda está em discussão porque uma parte grande disso
501 tem que ser pactuada com um conjunto do governo, isso não pode ser uma proposta só da
502 SPM, até porque é a implementação das políticas é feita a partir dos distintos Ministérios e
503 distribuindo para vocês”. Explica que tem feito esse debate do que é uma política de
504 autonomia econômica das mulheres e igualdade no mundo do trabalho, também dentro do
505 conjunto do Governo, no processo de articulação dos Ministérios que a SPM participa e que a
506 Ministra apresentou logo no início do governo que a presidenta Dilma organizou os
507 Ministérios em quatro fóruns, em quatro grandes fóruns de debates dos temas e que a SPM

508 participa diretamente do fórum que chama *Direitos e Cidadania*, tentando buscar elementos
509 de pactuação com os demais Ministérios nesse debate. *A autonomia econômica* é fundamental
510 para construção da igualdade, mas não é suficiente, jamais será capaz de dar conta de todo o
511 processo da autonomia, mas que é um elemento fundamental para garantir que a mulher
512 possa, efetivamente buscar e ter condições de construir demais aspectos dessa economia, isso
513 envolve tanto as questões das desigualdades gerais do mundo do trabalho. **Tatau Godinho**
514 vai mais além: “Fazer esse debate para insistir que *o tema da autonomia econômica das*
515 *mulheres* tem que ser um tema central do padrão de desenvolvimento econômico do país e
516 para isso não só a gente coloca dois aspectos, vamos dizer duas vertentes, não é que se reduz
517 nisso, é que para fazer o debate do governo você tem que pesquisar. Vamos dizer duas
518 vertentes, o mundo do trabalho, a igualdade no mundo do trabalho e a construção dessa
519 responsabilidade social com o mundo do privado, com o mundo cotidiano que é dado
520 exatamente pelas políticas públicas, nesse caso como responsabilidade do estado não é, pelas
521 políticas públicas de cuidado e reprodução social que nós estamos insistindo muito no
522 governo com o tema de que a sociedade brasileira se responsabilize pelo cotidiano, pelo
523 cotidiano das pessoas e por outro lado nós estamos dando um destaque importante para na
524 questão da valorização das trabalhadoras domésticas, porque a gente considera que esse é o
525 nó na sociedade brasileira, uma parte da política de reprodução social não é discutida como
526 política pública, porque o país convive com *7 milhões de empregadas domésticas* que fazem
527 esse trabalho da reprodução social ou apóiam esse trabalho da reprodução social. A partir de
528 um diagnóstico de que não só que as mulheres e homens tem lugares diferenciados no
529 mercado de trabalho, mas que as mulheres estão em piores condições, as mulheres estão
530 menos no mercado de trabalho, no mundo do trabalho do que os homens, as mulheres estão
531 menos nesse mundo do trabalho que busca remuneração. Foi feito esse debate muito forte na
532 conferência governamental, discutindo esse primeiro eixo que é esse mundo do trabalho que
533 busca remuneração - a taxa de participação das mulheres é muito mais baixa que a taxa
534 masculina e a avaliação fundamental é que essa diferença é dada fundamentalmente por causa
535 do cotidiano do trabalho doméstico da vida familiar, dessa responsabilização das mulheres.
536 No governo, numa política governamental, é extremamente importante apresentar índices, se
537 nós não apresentamos índices da realidade econômica e onde a gente quer mexer você não
538 convence os setores do governo a fazer política, queremos introduzir de maneira sistemática e
539 com dados essa argumentação de que *mudar o cotidiano das mulheres tem que mudar o*
540 *mundo do trabalho e o mundo do trabalho de cuidados, desse trabalho do cotidiano, mudar o*
541 *cotidiano... O PPA já apresenta algumas metas e resultados, é um compromisso que foi*
542 *colocado cabe a nós insistir nele tanto o aumento da taxa de participação das mulheres ali da*
543 *forma que está é aumentar em 10% a taxa de participação das mulheres corresponde um*
544 *pouco a forma como a gente tinha mencionado anteriormente que era de aumentar em 10*
545 *pontos percentuais, em 7 pontos percentuais, o Ministério do Trabalho trabalhou assim.*
546 *Aumentar a taxa de participação de ocupação das mulheres diminuir em 20% as*
547 *desigualdades de rendimentos entre mulheres e homens, na América Latina - o Brasil é o país*
548 *com maior diferença, o maior gape salarial entre mulheres e homens da América Latina é o*
549 *Brasil, isso obviamente são os dados computados pelas contas nacionais, pelos índices*
550 *nacionais”. Explica que serão 3 eixos: - 1º eixo - acesso ao crédito e autonomia financeira,*
551 *vinculado ao mercado de trabalho organizado e o aumento do crédito (parte financeira), o 2º*
552 *eixo, geração de trabalho emprego e renda e promoção da inclusão produtiva, (a capacidade*
553 *de se transformar em condições de trabalho o mais formalizado possível) e o 3º eixo que é a*
554 *rede das políticas de proteção social da política de cuidado desse trabalho de responsabilidade*
555 *sobre o cotidiano - incluídas as trabalhadoras domésticas que também estarão incluídas no*
556 **Eixo 2** (acesso a melhores condições de mercado de trabalho) e no **Eixo 3** (que é para
557 denunciar essa vinculação perversa que existe no Brasil de que não é essa política que a gente
558 quer, por exemplo, ao trabalhar com crianças é a nossa proposta não pode ser de cuidador das

559 familiares – significa ampliar o mercado de emprego doméstico) – ou seja: o primeiro da
560 autonomia financeira e acesso a crédito, garantir o acesso a crédito para poder fomentar a
561 autonomia financeira das mulheres, acesso a política de micro-crédito para empreendimentos
562 solidários, fortalecimento de empreendedoras individuais, portanto organizar de forma mais
563 coletiva os espaços de produção e o acesso as mulheres do campo do crédito para o campo, de
564 quem está fora do mercado de produção. Nas metas de autonomia financeira - principais
565 metas do PPA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem um peso fundamental nessa
566 questão do acesso ao crédito e condições de produção das mulheres rurais. No **2º Eixo**: da
567 geração de trabalho, emprego e renda e a questão da inclusão produtiva. **São 3 objetivos: 1º)**
568 acesso geral ao mercado formal de trabalho, **2º)** as ações de igualdade no mundo do trabalho e
569 combate a discriminação, porque com ênfase nessa questão não só na igualdade salarial mas
570 também o acesso aos cargos de poder e direção e em separado a questão da organização das
571 mulheres rurais na diversificação das atividades econômicas - a diferença entre mulheres
572 negras e mulheres brancas, o acesso menor das negras a essas políticas. Na geração trabalho e
573 renda e promoção da inclusão produtiva, tem uma área de capacitação, estimular medidas de
574 produção da igualdade e combate a discriminação (*“tem uma questão muito importante que é*
575 *o debate da lei da igualdade, nós consideramos que é um problema o fato da gente não ter o*
576 *marco legal que permite identificar a discriminação e portanto permita a fiscalização da*
577 *desigualdade e da discriminação depois é criar políticas mais de promoção da igualdade.*
578 Falou sobre o Programa Mulheres Mil e Mulheres na Construção Civil (qualificação para o
579 acesso ao mercado de trabalho - da capacitação), sobre o PL da igualdade que tramita no
580 Congresso - PL da igualdade no mundo do trabalho dará legitimidade de que essa
581 discriminação das mulheres no mundo do trabalho é ilegal, é ilegítimo e portanto pode ser
582 fiscalizada, vincular essas medidas todas as campanhas de promoção da igualdade tanto em
583 relação as trabalhadores domesticam quanto a questão da igualdade geral no mundo do
584 trabalho envolvendo raça e gênero), completa dizendo que *“a fala da SPM em todas as*
585 *conferência de que o sentido político positivo de uma mulher presidenta tem que servir para*
586 *nos para dizer que todas as mulheres tem que ter direito, todas as mulheres tem que ter*
587 *igualdade não são só aquelas que se destacaram como para os espaços do mundo do poder,*
588 *tem que ser uma coisa que atinja todas a mulheres.”* Lembrou também, que no **3º eixo** na rede
589 de políticas de cuidado de proteção social e ampliação dos direitos das trabalhadas domesticas
590 a ideia é ampliar a rede de equipamentos sociais, mas que são medidas que não dependem da
591 SPM, dependem fundamentalmente dos outros Ministérios. É preciso que a conferência possa
592 mostrar que a desigualdade entre mulheres e homens do ponto de vista econômico, do ponto
593 de vista social tem um grande lastro na sua responsabilidade com o cotidiano, é preciso forçar
594 o debate na sociedade e no governo de equipamentos sociais e políticas públicas que alterem
595 essa relação de desigualdade. *Um segundo grande tema é o do trabalho domestico*
596 *remunerado*, então com tanta mudança de legislação e ampliação dos direitos das
597 trabalhadoras domésticas e o acesso das mulheres a previdência social, por dois vieses - elas
598 estão mais nos trabalhos precários e tem as mulheres ainda que estão totalmente fora desse
599 mundo do trabalho, que buscam remuneração que são as donas de casa. *Nas prioridades* tem a
600 rede de equipamentos onde entra fundamentalmente a educação infantil no sentido da creche,
601 da educação infantil e da jornada escolar integral, a conferência dá peso para isso, a melhoria
602 das condições de debater isso dentro do governo é fundamental. É uma política que depende
603 de uma pactuação, depende de condições econômicas e recursos muito grandes, depende dos
604 municípios e estados implementarem, é por isso que estamos insistindo nessa lógica da
605 *autonomia econômica* vinculada não só ao mercado de trabalho, mas vinculada ao que é que
606 são as amarras das mulheres desse mundo: *a questão da visibilidade do trabalho doméstico* -
607 no sentido dos afazeres domésticos não é, no sentido do cotidiano da casa - de que maneira dá
608 visibilidade a isso, para dizer que as mulheres trabalham mais que isso tem que mudar, não
609 pode ser uma coisa só do ponto de vista da ação do estado e os direitos trabalhistas e

610 previdenciários (prioridade da proteção social e ampliar esse acesso). *Questão das creches -*
611 tem a área de creche, pré-escola, é o que é pactuado com o MEC, mas já é conhecido porque
612 isso já foi inclusive uma proposta desde a campanha da presidenta Dilma. *Universalização* já
613 houve uma aceleração da proposta do MEC em relação ao acesso integral a pré-escola em
614 termos integral, em termos de população, não em termos de jornadas. *A questão das mulheres*
615 *rurais* que não está ali, mas que está no documento geral que é a condição também de que
616 esse acesso a creche, a educação infantil atinja as mulheres rurais a convenção da OIT, a
617 ratificação, dizendo o que é que já esta no PPA, a nossa preocupação prioritária é mudança da
618 legislação brasileira, porque embora a ratificação da convenção tenha um peso simbólico
619 importante, ela não se traduz em direito legal e imediato, até traduz depois que o STF disser
620 que traduz. *O STF não disse isso ainda nós achamos que não vale colocar para os pobres das*
621 *trabalhadoras domésticas a principal briga de interpretação jurídica do país que é saber,*
622 *principal nesse sentido o que ela envolve, todos os tratados internacionais, então nós aí é*
623 *uma coisa importante mas nós estamos colocando basicamente a nossa ênfase na legislação*
624 *nacional e as campanhas com esse sentido de que essa ampliação de direitos das*
625 *trabalhadoras domésticas tem que ser uma responsabilidade da sociedade brasileira, até*
626 *para se contrapor a essa posição bastante conservadora: acham que as empregadas*
627 *domésticas já estão com excesso de salários e direitos, portanto a pobre da nova classe media*
628 *não está dando conta de pagar. Tem que ter uma mudança de mentalidade, com discussão, a*
629 *ampliação das jornadas e do numero da rede mesmo escolar a meta é, porque tem um*
630 *problema assim o programa Pro-Infancia dá 6.000 unidades não é só de creche, é creche e*
631 *pré-escola, todo mundo diz são 6.000 creches mas não é, então ali internamente a gente tem*
632 *feito isso e esse diálogo interno para mudança da legislação e o crédito, especificamente ,para*
633 *máquina de lavar roupa que é o equipamento de trabalho doméstico cotidiano de menor*
634 *acesso as mulheres, as mulheres mais pobres apenas 8% das famílias consideradas de baixa*
635 *renda no Brasil tem acesso à máquinas de lavar roupa, esse é um número muito pequeno*
636 *comparado por exemplo com geladeira, com outros equipamentos , por isso que a ênfase na*
637 *possibilidade de ampliação desse equipamento específico, embora possa ser uma política*
638 *geral de linha branca e quando se fala política geral de linha branca vai tudo para geladeira e a*
639 *geladeira na população de baixa renda já está atingindo 70 a 80% de cobertura, concluiu.*
640 *Ficou sinalizada a proposta de que a SPM fará um Seminário para a avaliação da Conferência*
641 *e um Seminário de Planejamento do CNDM e que as Câmaras Técnicas possam se reunir*
642 *antes da próxima reunião do Conselho marcada para fim de janeiro, início de fevereiro.*
643 *Passada a palavra para a **Ministra Iriny Lopes** que declara: “foi importante a gente ter*
644 *conseguido fazer uma reunião do conselho anterior a conferência para fazer o debate tanto*
645 *da programação quanto o debate de conteúdo e organizativo da conferência não é, e a gente*
646 *como algumas de vocês já falaram, a Sueli falou, várias outras, com certeza o conselho vai*
647 *ser demandado durante a conferência para cumprir esse papel de direção permanente ali no*
648 *sucesso que a conferência, nós temos certeza, vai ter não é, porque a gente só aposta no*
649 *sucesso não é isso, então muito obrigada e a gente depois da conferência terá a nossa agenda*
650 *já em final de janeiro comecinho de fevereiro para fazer um planejamento mais cuidadoso*
651 *das ações do conselho para o próximo ano. **Ministra Iriny** e **Rosana Ramos** agradecem a*
652 *presença de todas e passam a palavra para Tatau Godinho que dá por encerrada a reunião.*

CNDM
Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher

Secretaria de
Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes

CEP 70150-908 | Brasília-DF | (+ 55 61) 3411-4234

✉ cndm@spmulheres.gov.br